

## Conhecimento dos enfermeiros sobre as práticas integrativas e complementares

Knowledge of nurses about integrative and complementary practices

Conocimiento de los enfermeros sobre prácticas integradoras y complementarias

Recebido: 31/08/2022 | Revisado: 15/09/2022 | Aceito: 16/09/2022 | Publicado: 22/09/2022

**Paulo Raimundo Bezerra**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1606-4004>  
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil  
E-mail: pauloraimundobezerra@gmail.com

**Edjôse Ciriaco Santana Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0820-1435>  
Universidade de Pernambuco, Brasil  
E-mail: Edjoseciriaco@gmail.com

**Emilly Anne Cardoso Moreno de Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5090-898X>  
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil  
E-mail: Emilly.moreno@unicap.br

### Resumo

**Objetivo:** Descrever o conhecimento dos enfermeiros sobre as práticas integrativas e complementares na rede de atuação. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo e transversal, realizado em uma cidade do Nordeste do Brasil. Foram incluídos enfermeiros que atuam em Unidades de Saúde da Família do município. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril a maio de 2020 através de um formulário semiestruturado. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel 2013 e analisados de forma descritiva. **Resultados:** 40 enfermeiros participaram do estudo, sendo 92,5% do sexo feminino. 72,5% destes profissionais não tiveram disciplinas de práticas integrativas na graduação. As práticas terapêuticas informadas como as mais conhecidas foram a acupuntura (87,5%) e a yoga (87,5%), embora elas só tenham sido prescritas por apenas 10% dos profissionais. **Conclusão:** O conhecimento dos enfermeiros possibilitou que somente 32,5% realizassem encaminhamentos e apenas 50% afirmam ter rede referenciada no município de atuação. A formação em serviço poderia viabilizar a prática no município, visto que a maioria dos profissionais aponta que gostariam de viabilizá-las onde atuam.

**Palavras-chave:** Atenção primária à saúde; Cuidados de enfermagem; Terapias complementares.

### Abstract

**Objective:** Describe the nurses' knowledge about integrative and complementary practices in the network. **Materials and methods:** *Methodology:* This is a descriptive and transversal study, carried out in Olinda-PE. Nurses who work in Family Health Units in that municipality were included. Data collection took place between April and May 2020 using a semi-structured form. The data were tabulated in Microsoft Excel 2013 and analyzed descriptively. **Results:** 40 nurses participated in the study, 92.5% of whom were female. 72.5% of these professionals did not have disciplines of integrative practices at graduation. Therapeutic practices reported as the best known were acupuncture (87.5%) and yoga (87.5%), although they were only prescribed by only 10% of professionals. **Conclusion:** The nurses' knowledge made it possible for only 32.5% to make referrals and only 50% claim to have a referral network in the municipality where they work. In-service training could facilitate users' access, since most professionals point out that they would like to enable them in the municipality where they work.

**Keywords:** Primary health care; Nursing care; Complementary therapies.

### Resumen

**Objetivo:** Describa el conocimiento de las enfermeras sobre las prácticas integradoras y complementarias en la red. **Metodología:** Estudio descriptivo y transversal, realizado en Olinda-PE. Se incluyeron enfermeras que trabajan en unidades de salud familiar en ese municipio. La recopilación de datos tuvo lugar entre abril y mayo de 2020 mediante un formulario semiestructurado. Los datos se tabularon en Microsoft Excel 2013 y se analizaron descriptivamente. **Resultados:** 40 enfermeras participaron en el estudio, de las cuales el 92.5% eran mujeres. El 72.5% de estos profesionales no tenían disciplinas de prácticas integradoras en la gradación. Las prácticas terapéuticas informadas como las más conocidas fueron la acupuntura (87.5%) y el yoga (87.5%), aunque solo fueron prescritas por solo el 10% de los profesionales. **Conclusión:** El conocimiento de las enfermeras hizo posible que solo el 32.5% hiciera referencias y solo el 50% afirma tener una red de referencias en el municipio donde trabajan. La capacitación en el servicio podría facilitar el acceso de los usuarios, ya que la mayoría de los profesionales señalan que les gustaría habilitarlos en el municipio donde trabajan.

**Palabras clave:** Atención primaria de salud; Atención de enfermería; Terapias complementarias.

## 1. Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a Medicina Tradicional e Complementar como um amplo espectro de práticas de cuidado, saberes e produtos com finalidade terapêutica que não pertencem a medicina convencional/moderna (WHO, 2019)

No Brasil, a Medicina Tradicional e Complementar é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde a década de 1980, porém, sua permanência só ocorreu por meio da aprovação da Portaria nº 971/2006 com a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e, em março de 2017 e 2018, houve ampliação do número de práticas integrativas e complementares, totalizando 29 (Brasil, 2006; Brasil, 2017).

A enfermagem, ciência de caráter humanística, encontra nessas práticas de saúde novos planos de cuidar para garantir um atendimento integral a seus usuários/pacientes, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de agravos, sobretudo na Atenção Primária (Balouchi *et al.*, 2018).

Assim como o cuidado de enfermagem, as Práticas Integrativas e Complementares (PIC) partem de princípios comuns, pois baseiam-se no ser humano e nas inter-relações com o meio natural, tais ciências seguem a perspectiva de atenção ao indivíduo como um todo, com um olhar ampliado para compreensão do indivíduo de forma holística, pois o processo de adoecer pode estar associado aos desequilíbrios externo e internos, que afetam de maneira direta ou indireta à energia, o indivíduo, a saúde e o espaço físico (Pereira & Alvim, 2013).

Atualmente, as Terapias Integrativas e Complementares são reiteradas como especialidade de Enfermagem por meio da Resolução COFEN 581/2018, que garante segurança e apoio ao enfermeiro para atuar nesse campo, bem como na produção de pesquisas na área de PIC, de forma que possa incluir essas práticas em sua formação para melhoria do bem-estar de seus pacientes (COFEN, 2018; Azevedo *et al.*, 2019).

As PIC têm mostrado sua eficácia em conjunto com a ação farmacológica em diversas patologias, pois seu espectro de atuação se refere a técnicas que visam assistência à saúde do indivíduo, seja na prevenção, promoção, tratamento ou cura, considerando como o todo e não como um conjunto de partes isoladas (Brasil, 2009).

As práticas integrativas e complementares trazem, além de práticas de cuidado, uma mudança no olhar sobre o indivíduo e sobre o processo saúde-doença. Essa mudança paradigmática sofre com a resistência gerada pelo modelo hegemônico de saúde, no qual, apenas a medicina convencional/moderna seja capaz de promover a cura (Barboni & Carvalho, 2021).

Diante da importância e necessidade de cuidar de forma integral do indivíduo, o enfermeiro precisa conhecer e estar capacitado para promover saúde através de práticas cientificamente comprovadas e com respaldo ético/legal, além de informar-se e ser informado dos serviços existentes na rede de saúde do local onde atua. Desta forma, o objetivo deste estudo foi descrever o conhecimento dos enfermeiros sobre as práticas integrativas e complementares na rede de atuação.

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e transversal, com abordagem quantitativa. Optou-se por este desenho metodológico pois visa a observância, registro e descrição das características de um determinado fenômeno em uma amostra ou população (Hochman *et al.*, 2005).

Todos os enfermeiros que atuam nas Unidades de Saúde da Família (USF) de um município do Nordeste do Brasil e atendiam aos critérios pré-estabelecidos, foram convidados a participar do estudo. Foram inclusos os enfermeiros da Atenção Primária à Saúde com no mínimo um ano de experiência profissional na rede que faziam parte da Equipe de Saúde da Família (ESF) e foram excluídos os profissionais que estavam de licença prêmio, férias, licença maternidade e/ou paternidade ou

afastado por motivo de saúde no período da coleta de dados.

Devido ao problema de saúde pública gerado pela COVID-19, a identificação da amostra (para avaliar a elegibilidade dos sujeitos) foi realizada por chamada telefônica, com o apoio da gerência das unidades. Em seguida, o formulário semiestruturado (construído pelo Google doc.) desenvolvido pelos pesquisadores e contendo na primeira seção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviado para os participantes elegíveis por meio de link via e-mail. Dessa forma 57 convites foram enviados e obteve-se uma amostra final de 40 enfermeiros.

O formulário de pesquisa apresentava-se dividido em três categorias: (1) caracterização da amostra; (2) conhecimento e uso das práticas integrativas e complementares; e (3) interesse em formação e interesse em implantação em PIC. A primeira categoria envolveu as seguintes variáveis: local de atuação do enfermeiro (ESF ou EAB); idade e sexo; religião ou crença; titulação acadêmica e tempo de experiência na atenção primária à saúde neste serviço.

Acerca da segunda categoria, nesta foi abordado a presença de disciplinas que envolvessem PIC durante a formação acadêmica do entrevistado, além da existência de locais de referência em práticas complementares no município do estudo e se ele já realizou encaminhamento, caso houvesse na rede. No formulário elaborado foi listado as PIC com o objetivo de analisar se os enfermeiros a conheciam ou não, caso a conhecessem, se prescreviam aos pacientes/ usuários. A terceira categoria do formulário abrangeu aspectos inerentes a área de interesse do enfermeiro, no campo das PIC, bem como as que necessitariam ser implantadas no município do estudo.

Os dados preenchidos foram transferidos para planilha Google, a qual possibilitou a análise descritiva por meio de frequências absolutas e relativas para as variáveis. O estudo teve a aprovação do comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Católica de Pernambuco sob número CAAE/Protocolo 29414120.4.0000.5206 / 3.890.073, respeitando os preceitos da Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, que trata de pesquisa envolvendo seres humanos (Brasil, 2012).

### **3. Resultados**

Um total de 40 enfermeiros participaram do estudo e conforme é apresentado na Tabela 1, tangente às características sociodemográficas, verificou-se uma frequência elevada do sexo feminino e da religião católica. Quanto às características profissionais, grande parte são especialistas e trabalham no âmbito da Atenção Primária há mais de 11 anos. Ao se referir sobre a disciplina de práticas integrativas e complementares na graduação, apenas 11(27,5%) tiveram e coincidiu com o menor tempo de formação.

**Tabela 1:** Distribuição dos enfermeiros participantes do estudo segundo as características sociodemográficas. Nordeste, Brasil, 2020 (N: 40).

<b>Características sociodemográficas</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
<b>Sexo</b>		
Feminino	37	92,5
Masculino	02	5,0
Não declarado	01	2,5
<b>Religião/ crença</b>		
Católica	27	67,5
Espírita	08	20,0
Protestante	04	10,0
Afro-brasileira	01	2,5
<b>Titulação acadêmica</b>		
Apenas graduação	03	7,5
Especialização	33	82,5
Mestrado	04	10,0
<b>Anos de experiência na Atenção Primária</b>		
1 – 5 anos	04	10,0
6 – 10 anos	14	35,0
11 anos ou mais	22	55,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta o conhecimento dos enfermeiros sobre os serviços das PIC no município, bem como a realização de encaminhamentos, mostrando que 50% dos enfermeiros desconhecem pontos de referência para prática no município e 45% nunca realizaram encaminhamentos.

**Tabela 2:** Conhecimento das PIC na rede de saúde do município e encaminhamento dos usuários para as unidades de referência. Nordeste, Brasil, 2020 (N: 40).

	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
<b>No município de atuação existe locais de referências para a PIC?</b>		
Sim	20	50,0
Não	20	50,0
<b>Já encaminhou usuário para unidade de referência de PIC?</b>		
Sim	13	32,5
Não	18	45,0
Não respondeu	09	22,5

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta conhecimentos e interesses dos enfermeiros em relação as PIC, sendo a acupuntura e a yoga as práticas mais conhecidas, embora elas só tenham sido prescritas por apenas 10% dos profissionais. As PIC mais prescritas entre os enfermeiros foram a fitoterapia e a musicoterapia enquanto a menos conhecida foi a crenoterapia. Ainda na Tabela 3, pode-se verificar que as práticas terapêuticas que os enfermeiros mais gostariam de ter formação são a acupuntura, fitoterapia e a homeopatia e aquelas com maior interesse para implementação na rede são a homeopatia, yoga e a fitoterapia.

**Tabela 3:** Conhecimento e interesse dos enfermeiros sobre as práticas complementares e integrativas. Nordeste, Brasil, 2020 (N: 40).

Prática terapêutica	Conhecimento						Gostaria de ter formação		Gostaria de ter em seu território de atuação	
	Conhece		Prescreve		Desconhece		N	%	n	%
	N	%	n	%	N	%				
Acupuntura	35	87,5	04	10,0	01	2,5	18	45,0	18	45,0
Yoga	35	87,5	04	10,0	01	2,5	12	30,0	20	50,0
Aromaterapia	33	82,5	05	12,5	02	5,0	10	25,0	13	32,5
Terapia de Floral	32	80,0	02	5,0	06	15,0	11	27,5	14	35,0
Meditação	31	77,5	07	17,5	02	5,0	13	32,5	13	32,5
Homeopatia	31	77,5	07	17,5	02	5,0	17	42,5	22	55,0
Musicoterapia	30	75,0	09	22,5	01	2,5	06	15,0	15	37,5
Cromoterapia	30	75,0	01	2,5	09	22,5	06	15,0	09	22,5
Fitoterapia	27	67,5	13	32,5	00	0,0	18	45,0	20	50,0
Terapia comunitária	27	67,5	03	7,5	10	25,0	08	20,0	13	32,5
Hipnoterapia	26	65,0	00	0,0	14	35,0	03	7,5	03	7,5
Shantala	26	65,0	05	12,5	09	22,5	12	30,0	14	35,0
Osteopatia	26	65,0	04	10,0	10	25,0	10	25,0	08	20,0
Biodança	24	60,0	04	10,0	12	30,0	08	20,0	10	25,0
Reiki	24	60,0	02	5,0	14	35,0	06	15,0	07	17,5
Arteterapia	23	57,5	04	10,0	13	32,5	05	12,5	07	17,5
Bioenergética	20	50,0	00	0,0	20	50,0	04	10,0	06	15,0
Ozonioterapia	20	50,0	00	0,0	20	50,0	06	15,0	07	17,5
Quiropraxia	20	50,0	01	2,5	19	47,5	02	5,0	08	20,0
Reflexoterapia	20	50,0	02	5,0	18	45,0	05	12,5	07	17,5
Dança circular	17	42,5	00	0,0	23	57,5	04	10,0	13	32,5
Naturopatia	15	37,5	02	5,0	23	57,5	05	12,5	05	12,5
Constelação familiar	14	35,0	00	0,0	26	65,0	07	17,5	12	30,0
Ayurveda	13	32,5	01	2,5	26	65,0	03	7,5	03	7,5
Imposição de mãos	11	27,5	01	2,5	28	70,0	03	7,5	05	12,0
Apiterapia	10	25,0	01	2,5	29	72,5	03	7,5	02	2,5
Geoterapia	08	20,0	00	0,0	32	80,0	03	7,5	03	7,5
Med. Antroposófica	08	20,0	00	0,0	32	80,0	02	5,0	06	15,0
Crenoterapia	03	7,5	00	0,0	37	92,5	03	7,5	05	12,0

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4. Discussão

Os enfermeiros são os profissionais que mantêm maior vínculo com os usuários dos serviços de saúde, apresentando amplo potencial para identificar os problemas relacionados e desenvolver ações assistenciais. A partir disso, a enfermagem é considerada pioneira no reconhecimento das PICS. Estes profissionais que atuam na Atenção Primária são fomentadores da promoção à saúde e prevenção de agravos, assim, o conhecimento sobre as PIC, sobretudo na rede de referência favoreceria a integralidade da assistência, como preconizado no SUS (Dorneles *et al.*, 2020).

À luz dos resultados, quanto ao perfil dos enfermeiros participantes do estudo, observa-se que a população era predominantemente do sexo feminino, especialistas e 55% com 11 anos ou mais de atuação na Atenção Primária do município. Apesar da experiência profissional, poucos profissionais realizavam prescrição de PIC, o que pode ser uma fragilidade do sistema.

Um percentil de 72,5% dos enfermeiros deste estudo não tiveram uma disciplina específica de práticas integrativas e complementares na formação acadêmica, no entanto, algumas possibilidades existem para conhecimento da temática, tais como: palestras, cursos, grupos de discussão e incentivos às pesquisas, ficando a critério da Instituição de Ensino Superior quais destas modalidades inserir para contribuir na formação de enfermeiros com uma visão mais integral e interdisciplinar (Silva *et al.*, 2013).

Uma lacuna na formação pode gerar prejuízos na aplicabilidade das PIC no município, além da desvalorização da prática, assim, cabe à gestão, promover educação permanente da sua equipe, tendo a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) como propulsora para fortalecer essa problemática no que concerne às suas normativas e que prevê qualificação para os profissionais que atuem no SUS (Brasil, 2015).

Metade dos enfermeiros relataram que o município de atuação não dispõe de rede de referência para PIC e 45% nunca referenciaram os usuários na rede. Entende-se que muitos destes profissionais não conheçam a existência destas unidades no município uma vez que 50% disseram conhecer e 32,5% afirmarem já ter encaminhado.

Uma possível justificativa para esse resultado é o apoio insuficiente dos gestores em saúde na viabilização de uma rede de PIC, o que pode ser reflexo de um financiamento precário para possibilitar as práticas, dificultando assim capacitar profissionais e criar/estruturar serviços de referência. Estudos semelhantes apontaram uma desvalorização da gestão para investir nas PIC, como falta de financiamento e capacitação dos profissionais, existência de unidades de referência desestruturadas, ausência de planejamento e baixa quantidade de profissionais capacitados para atuar nos serviços existentes (Randow *et al.*, 2016; Soares *et al.*, 2019).

Nesta perspectiva, a política sobre a PIC aponta a gestão municipal como responsável por inserir estas práticas terapêuticas na rede de saúde, organizando os recursos que envolvem orçamento e finanças, a fim de implementar a política e criar mecanismos que promovam a qualificação dos profissionais de saúde, além de ter/apresentar indicadores que possibilitem acompanhar e avaliar o impacto no município (Brasil, 2015).

Um estudo realizado em 2013 no sudeste do Brasil mostrou que a maioria dos gestores conheciam as PIC e a política regulamentadora, porém não investem na área por terem receio de não haver retorno (Galhardi *et al.*, 2013). Em 2018 foi desenvolvido um manual específico aos gestores em saúde a fim de norteá-los acerca do processo de implantação da PIC nos municípios, diminuindo o abismo entre eles e os profissionais da assistência, especialmente os da Atenção Primária (Brasil, 2018).

Quanto ao conhecimento dos enfermeiros deste estudo, verifica-se que acupuntura, yoga e aromaterapia foram as práticas mais conhecidas entre eles, embora suas prescrições só fossem feitas por apenas 10% dos profissionais entrevistados. Embora sejam PICs conhecidas, esses enfermeiros não se sentem seguros em prescrevê-las ou não possuem articulação com as

redes de referência do município. Desta forma, é necessário que haja uma capacitação constante bem como uma articulação com a rede para um melhor direcionamento desses usuários (Papa & Dallegrave, 2014; Martins *et al.*, 2021).

Ainda sobre o conhecimento das PIC, 14 práticas (Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga) não faziam parte da Portaria 971/2006 e só foram inseridas na Portaria 849/20173, no entanto, as práticas menos conhecidas pelos enfermeiros do estudo foram a crenoterapia, a medicina antroposófica e a geoterapia.

Considerando o interesse nas PIC, todos os participantes demonstraram querer se aprofundar e implementá-las no território, especialmente a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia e a yoga. Estudo realizado no sudeste do Brasil mostrou que 94,3% dos enfermeiros queriam obter mais conhecimento sobre as práticas, além de acreditarem no interesse da comunidade em realizá-las (Carvalho & Nóbrega, 2017).

## 5. Conclusão

O estudo identifica que grande parcela dos enfermeiros não teve em sua grade curricular uma disciplina que abordasse as terapias integrativas e complementares. Tal situação precisa de reflexão, pois uma lacuna na formação pode desvalorizar a prática. No entanto, a gestão municipal precisa garantir a qualificação dos profissionais, como previsto na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, além de divulgar entre as equipes os serviços existentes na rede de saúde.

Considerando que a APS tem como norte a integralidade do cuidado, não ter serviços de PIC no município ou existir e não ser de conhecimento das equipes, impede que a população possa usufruir de uma assistência integral. O conhecimento dos enfermeiros sobre as PIC e sobre a rede, acarretou em um baixo índice de encaminhamentos, e dentre as práticas mais conhecidas estavam a acupuntura, yoga e aromaterapia, sendo acupuntura e yoga as mais mencionadas, porém pouco prescritas.

Neste cenário, a formação nas PIC como estratégias de educação permanente em serviço poderia viabilizar o acesso dos usuários, visto que a maioria dos profissionais apontaram interesse em diversas práticas e gostariam de viabilizá-las no município onde atuam.

## Referências

- Azevedo, C., Moura, C. C., Corrêa, H. P., Mata, L. R. F., Chaves, E. C. L., & Chianca, T. C. M. (2019). Terapias complementares e integrativas no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. *Esc. Anna Nery*, 23(2), e20180389.
- Balouchi, A., Mahmoudirad, G., Hastings-tolsma, M., Shorofi, S. A., Shahdadi, H., & Abdollahimohammad, A. (2018). Knowledge, attitude and use of complementary and alternative medicine among nurses: A systematic review. *Complement Ther Clin Pract*, 31, 146-157.
- Barboni, V. G. A. V., & Carvalho, Y. M. (2021). Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates. *Saude soc*, 30(3), e200872.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2006). *Portaria Nº 971 de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde*. Brasília (DF): Ministério da Saúde. [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971\\_03\\_05\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2009). *Relatório do 1º seminário Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPIC*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario_praticas_integrativas_complementares_saude.pdf)
- Brasil. (2013). *Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Diário Oficial da União, Brasília (DF). <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. (2015). *Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS*. 2ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde. [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2017). *Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares*. Diário Oficial da União. [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849\\_28\\_03\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. (2018). *Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual\\_implantacao\\_servicos\\_pics.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_implantacao_servicos_pics.pdf)

Carvalho, J. L. S., & Nóbrega, M. P. S. S. (2017). Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. *Rev Gaúch Enferm.* 38(4), 1-9.

Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). (2018). *Resolução COFEN Nº 581/2018. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen / Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós-Graduação Lato e Estricto Sensu concedido a Enfermeiros e aprova uma lista de especialidades*. Brasília (DF): COFEN. [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-581-2018\\_64383.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-581-2018_64383.html)

Dorneles, F. C., Schlotfeldt, N. F., França, P. M., & Moreschi, C. (2020). Enfermagem e as Práticas Integrativas e Complementares em saúde: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development.* 9(9), e445997446.

Galhardi, W. M. P., Barros, N. F., & Leite-Mor, A. C. M. B. (2013). O conhecimento de gestores municipais de saúde sobre a política nacional de prática integrativa e complementar e sua influência para a oferta de homeopatia no Sistema Único de Saúde local. *Ciênc Saúde Colet.* 18(1), 213-220.

Hochman, B., Nahas, F. X., Filho, R. S. O., & Ferreira, L. M. (2005). Desenhos de pesquisa. *Acta Cir. Bras.* 20(2), 2-9.

Martins, P. G., Brito, R. S., Santos, P. C. M., Laverde, C. R., Oliveira, N. F., & Pilger, C. (2021). Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras. *J. nurs. health.* 11(2), e2111219495.

Papa, M. A. B., & Dallegrave, D. (2014). *Práticas integrativas e complementares em centros de atenção psicossocial: possibilidade de ampliação do cuidado em saúde*. Porto Alegre; 2014. <http://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2014/31452/31452-751.pdf>

Pereira, R. D. M., & Alvim, N. A. T. (2013). Theoretical and Philosophical aspects of traditional Chinese Medicine: acupuncture, and diagnostic forms their relations with the care of nursing. *Rev Enferm UFPE On Line.* 7(1), 279-288.

Randow, R., Campos, K. F. C., Roquete, F. F., Silva, L. T. H., Duarte, V. E. S., & Guerra, V. A. (2016). Periferização das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde: desafios da implantação do lian gong como prática de promoção à saúde. *Rev Bras Promoç Saúde.* 29, 111-117.

Silva, N. C. M., Iunes, D. H., Resck, Z. M. R., Soares, M. I., Souza Junior, D. I., & Vieira, N. F. (2013). Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa. *Rev Eletr Enf.* 15(4), 1061-1067.

Soares, D. P., Coelho, A. M., Silva, L. E. A., Silva, R. J. R., Linard, L. L. P., & Fernandes, M. C. (2019). Fatores intervenientes das práticas integrativas e complementares em saúde na atenção básica pelos enfermeiros. *Rev Enferm Atenção Saúde.* 8(1), 93-102.

World Health Organization (WHO). (2019). *Traditional, complementary and integrative medicine*. Geneva: WHO. <https://www.who.int/traditional-complementary-integrative-medicine/about/en/>